

## EXPERIÊNCIAS DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO VALE DO RIO PARDO

Caroline Goerck<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este artigo tem como proposição apresentar experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas no Vale do Rio Pardo. No final do século XX e no limiar do século XXI, difundiu-se um acentuado processo de transformações no mundo do trabalho – III Revolução Industrial –, que vem gerando, pelo capital, uma substituição dos trabalhadores, especialmente os menos qualificados. Com base nesta perspectiva, a atualidade vem exigindo a criação de alternativas de geração de trabalho e renda como fonte de subsistência, para os sujeitos excluídos ou que estão à margem do mercado formal de trabalho. **PALAVRAS-CHAVE:** III Revolução Industrial; Processos de Trabalho; Economia Popular Solidária; Vale do Rio Pardo.

## SOLIDARY POPULAR EXPERIENCES OF ECONOMY IN THE RIO PARDO VALLEY

**ABSTRACT:** This article presents the research on solidary popular experiences of economy developed in the Rio Pardo Valley. At the end of the XX century and the beginning of the XXI century, took place a stressed process of transformation in the work market – III Industrial Revolution – that is generating, by the capital, a substitution of the workers, mainly of the less skilled. Based on this perspective, the present moment requires new alternatives in creating new jobs and income as a source of survival, for the excluded or the ones who are at the edge of the formal work market.

**KEY WORDS:** III Industrial Revolution; Work processes; Solidary Popular Economy; Rio Pardo Valley.

### 1 INTRODUÇÃO

A centralidade do trabalho historicamente traz entre suas representações a definição da essência humana, em que a força de trabalho por meio do trabalho de execução e concepção é necessária. O labor transforma a natureza em serviços e produtos que visam a o benefício da humanidade. Por essa razão, as questões referentes ao mundo do trabalho exercem influência fundamental na forma de organização da sociedade e no desenvolvimento humano. Nesse início do século XXI, as classes que vivem do trabalho sofrem a sua mais aguda crise, que atingiu sua subjetividade, sua materialidade e sua forma de ser (Antunes, 1995). A financeirização da economia, a

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Mestre e Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS; Professora de Serviço Social da Universidade da Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ e da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC.

reestruturação dos processos de trabalho e o avanço tecnológico criam uma superpopulação de trabalhadores, sobrantes, desnecessários ao processo de acumulação capitalista.

Neste artigo pretende-se apresentar aspectos inerentes a três cooperativas (Cooperativa de Triagem e Reciclagem – COONCREAL, Cooperativa de Educação e Serviços de Trabalhadores Autônomos LTDA. – COOESTAL, e, Cooperativa Sinimbuense do Vestuário – COOSIVEST) e uma associação (Associação Comunitária dos Trabalhadores na Seleção de Lixo – ACOTRALI), que integram a Economia Popular Solidária nas zonas urbanas nos municípios do Vale do Rio Pardo. Primeiramente serão introduzidas sucintamente as novas transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho e a Economia Popular Solidária no Brasil. Num segundo momento, será apresentada a historicidade das experiências pesquisadas, referenciando os motivos desencadeantes de suas fundações, os seus objetos de trabalho e suas principais metas, visando a dar visibilidade à totalidade e às contradições destes empreendimentos coletivos. Por último, serão tecidas as considerações finais.

## **2 A III REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E A ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA NO BRASIL**

O limiar do século XX e o início do século XXI são marcados por uma intensa transformação do mundo do trabalho. Essas mudanças são acompanhadas pelo processo de globalização e da implementação do referencial teórico neoliberal, pelos Estados, nas políticas sociais e públicas.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (Antunes, 1995, p. 15).

Nesse contexto social, político e econômico, o capitalismo e os Estados, após a crise do *Welfare State*, liderados por Margaret Thatcher na Inglaterra, em 1979, e Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1980, implementam uma política econômica e social embasados no aporte teórico neoliberal. Em 1989, ocorre o Consenso de Woshiton, “expressão criada pelo economista John Williamson que [...] tornou-se mundialmente conhecido [...] para ajustar as economias dos países periféricos às novas exigências dos países centrais, ao processo de reestruturação produtiva e de reordenamento dos mercados no plano internacional” (Druck, 2001, p. 23). O Consenso de Woshiton resultou nas seguintes medidas neoliberais:

a) estabilização da economia (corte no déficit público, combate à inflação), em geral, tendo como elemento central um processo, explícito ou não, de dolarização da economia e sobrevalorização das moedas nacionais; b) reformas estruturais com redução do Estado, através de um programa de privatizações, desregulamentação dos mercados e liberalização financeira e comercial; c) abertura da economia para atrair

investimentos internacionais e retomada do crescimento econômico (Druck, 2001, p. 23).

Nos países periféricos, a publicização dos meios de comunicação referem a política neoliberal, juntamente com o processo de globalização, como a solução econômica e social desses países.

A globalização do capitalismo é caracterizada pela mundialização dos mercados, pela dinamização do mercado mundial e pela acumulação flexível. É no mercado mundial que as trocas permitem a realização da mais-valia (Ianni, 1999).

O processo de globalização pode ser resumidamente apresentado como constituído pelos seguintes elementos: a) acentua-se e consolida-se a liderança econômica de empresas oligopólicas e de grandes bancos, que se tornam os principais atores no mercado, em particular no mercado financeiro internacional; b) a revolução tecnológica e as novas políticas de gestão e organização do trabalho determinam uma nova estrutura dos mercados de trabalho, em que um dos principais resultados – no plano mundial – é o desemprego estrutural; c) as grandes nações capitalistas reafirmam sua liderança política e econômica, subordinando e intensificando a dependência das nações periféricas, inclusive de países ex-socialistas; d) o ideário neoliberal se torna dominante mundialmente (Druck, 2001, p. 31).

Essa intensificação do capital em âmbito mundial acarreta a formação da sociedade e da fábrica global, com o rompimento dos mercados nacionais e regionais (Ianni, 1999). Entretanto, apesar do processo de mundialização do capital, deve-se referenciar que cada regionalidade ainda possui as suas peculiaridades nos processos de produção e que a globalização subordina os países periféricos à mercê do mercado e das instituições financeiras (Druck, 2001).

Pode-se referir como marco do capitalismo globalizado, a sua inserção nos países que eram tidos como socialistas, ou seja, fazendo a transição do planejamento centralizado pelo Estado à economia de mercado (Ianni, 1999). Essas transições de modelos econômicos, sociais, ideológicos e políticos são simbolizados pela desagregação da antiga União Soviética e pela queda do Muro de Berlim, na Alemanha em 1989, divisões geopolíticas construídas pelos homens, com visões de homem e de mundo diferentes.

É nesse cenário implicado na globalização e na implementação de políticas sociais e econômicas neoliberais que vem sendo reestruturado o mundo do trabalho. Essa transformação dos processos de produção mundializados são alicerçados pela transição dos modelos de produção Taylorista/Fordista ao Toyotismo, pela revolução micro-eletrônica, pelo surgimento das novas formas de automação e robótica, pela flexibilização dos processos de trabalho, dos mercados e padrões de consumo (Ianni, 1999).

O Toyotismo estrutura-se a partir do número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado, o ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras (Antunes, 1995, p. 28).

A transição do Fordismo ao Toyotismo é caracterizada pela passagem da máquina-ferramenta ao sistema de máquinas auto-reguladas, em que “a máquina se vigia e se regula a si mesma” (Ianni, 1999, p. 18). O Toyotismo é uma resposta à crise do Fordismo, da década de 1970. Assim,

Busca-se uma flexibilidade no processo de trabalho, em contrapartida à rigidez da linha de produção, da produção em massa e em série; uma flexibilidade ao mercado de trabalho, que vem acompanhada da desregulamentação dos direitos do trabalho, de estratégias de informalização da contratação dos trabalhadores; uma flexibilidade dos produtos, pois as firmas hoje não produzem necessariamente em série, mas buscam atender as particularidades das demandas dos mercados consumidores e uma flexibilidade os padrões de consumo (Iamamoto, 2000, p. 31).

Nessa nova lógica de produção, as empresas tornam-se empresas enxutas, que reúnem em torno das *Holdings* pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços terceirizados. Nesse sentido, “o homem deve exercer na automação funções mais abstratas e intelectuais” (Ianni, 1999, p. 19) e o mercado requer um profissional cada vez mais qualificado e polivalente.

A produção flexibilizada gera a dinamização das forças produtivas, desenvolvendo um vasto investimento no setor de serviços. As profissões ou organizações que compõem o setor de serviços abrangem o comércio, bancos, seguros, administração pública ou empresarial, sistema de saúde, ensino e judicial (Offe, 1991). A classe trabalhadora compreende hoje a totalidade dos assalariados, que vivem da venda da sua força de trabalho e que são desprovidos dos meios de produção, incluindo não somente os trabalhadores fabris, mas também os que trabalham no setor de serviços, privados ou públicos (Antunes, 2003).

Resultante dessa nova racionalização dos processos de trabalho e de produção, a tendência é que se reduza a diferença entre engenheiros, técnicos e operários, devido ao avançado nível de aperfeiçoamento tecnológico e robótico, em que a mão-de-obra é dispensada e substituída pela máquina. A mais-valia relativa (Marx, 1988) é responsável por um grande aumento da produtividade no trabalho. É realizada a partir do uso intensivo de capital constante, ou seja, maior investimento em compra de maquinários do que em contratação da força de trabalho, ocasionando uma redução nos custos da produção e no tempo necessário para a fabricação de uma mercadoria, sem alterar o tempo de duração na jornada de trabalho (Marx, 1988). Assim, as máquinas aumentam a intensidade da produção, havendo uma redução na quantidade de trabalhadores contratados.

Em decorrência desse processo, a classe trabalhadora é passiva de uma das suas crises mais intensas da história, por meio da flexibilização e da banalização das relações de trabalho. Esse novo modelo de produção tem como características a retrocedência dos direitos sociais adquiridos, contratos de trabalhos temporários, superexploração das forças de trabalho, enfraquecimento dos sindicatos, geração de desemprego e subempregos, etc. Essas transformações do mundo do trabalho geram mudanças quantitativas e qualitativas, gerando na vida dos trabalhadores inseguranças,

dentre elas: no mercado de trabalho; no emprego; na renda; na contratação do trabalho; na representação do trabalho (Mattoso, 1995).

Outra característica da reestruturação do mundo do trabalho refere-se ao processo de desterritorialização da classe trabalhadora. O trabalhador migra conforme os movimentos do capital, e, o capital, por meio das transnacionais e/ou multinacionais, direciona-se conforme os seus interesses de aumento na reprodução e acumulação de capital se perpetuem. Atualmente temos como reservatório da força do trabalho a Ásia, África, América Latina e ex-países socialistas (Ianni, 1999).

No Brasil, o processo de precarização das condições e relações de trabalho foi acentuado a partir da década de noventa do século XX. Esse processo evidencia-se no crescente número de pessoas que trabalham com algum grau de informalidade. Segundo os dados coletados pela PED-IBGE (Pesquisa de Emprego e Desemprego), em novembro de 2005 a região metropolitana de São Paulo 16,4% da população economicamente ativa estava desempregada; na região metropolitana de Porto Alegre, os índices de desemprego correspondiam a 14,6%; na região metropolitana de Belo Horizonte, a 15,7%; na região metropolitana de Recife, a 21,9%; no Distrito Federal, a 18,4% e na região metropolitana de Salvador, ainda há o maior índice de desemprego, em torno de 22,8%.

Diante dessa realidade, desde a década de oitenta do século XX emergem experiências coletivas de trabalho com o intuito de gerar renda aos trabalhadores. A Economia Popular Solidária vem se transformando num modo de produção e distribuição alternativo ao desemprego e à exclusão social. Na Economia Solidária, entretanto, o trabalho está em primeiro plano, e não a acumulação e centralização de riquezas – finalidade do capitalismo.

O tipo de empreendimento mais comum à Economia Solidária são as cooperativas e associações de trabalho, que já trazem em si os princípios de cooperação e auto-gestão. Porém, não são todas as cooperativas que se inserem nessa lógica: há cooperativas que se fundamentam na lógica capitalista de acumulação de capital. Para que exista a Economia Popular Solidária, é fundamental que existam princípios que se diferenciem da finalidade do capitalismo. Nesse sentido, os empreendimentos coletivos de geração de trabalho e de renda, que agregam a Economia Solidária, ganham importância no término do século XX e início do XXI, face à crescente precarização do mundo do trabalho e ao desemprego. A Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa para trabalhadores e trabalhadoras, construída a partir de seus interesses de classe.

As práticas solidárias que materializam a Economia Popular Solidária são constituídas por: autogestão de empresas pelos trabalhadores, agricultura ecológica, consumo solidário, sistemas locais de emprego e comércio, sistemas locais de trocas, Rede Global de Trocas, Redes de Cooperação, organizações comunitárias, Sistemas de Microcrédito e de Crédito Recíproco, Bancos do Povo, Sistemas Locais de Moedas Sociais, movimentos sociais, assentamentos de trabalhadores rurais e/ou sem-terra, autogestão de empresas falidas, prestações de serviços, cooperativas e associações de crédito, consumo, produção, entre outros (Mance, 2002).

Essas experiências de associações ou cooperativas são originadas entre os próprios trabalhadores, com o apoio de instituições sociais comprometidas com o enfrentamento à exclusão social (igrejas, sindicatos, universidades etc.), que constituem experiências comunitárias, populares e muitas vezes pequenas de geração de trabalho e de renda (Singer, 2000). A inclusão dos sujeitos no mercado de trabalho e o aumento da renda familiar fazem com que muitos desses trabalhadores que possivelmente se encontram desempregados saiam de um estágio de exclusão e marginalização social. Essas experiências valorizam os sujeitos e o trabalho desenvolvido por eles, contribuindo para o processo de sua autonomia no mercado de trabalho.

As experiências definidas como Economia Popular Solidária apresentam semelhanças. Entre elas pode-se referir: a) a união desses dois tipos de economia num mesmo empreendimento é desenvolvida normalmente pelos sujeitos mais vulneráveis e marginalizados da sociedade, b) são experiências constituídas por pequenos grupos associativistas, c) são grupos que possuem autonomia em relação às suas decisões, tarefas, atividades dentro dos empreendimentos, d) são concebidas por empreendimentos de produção e/ou consumo, e) agregam atividades econômicas e de caráter social, f) tendem a ser experiências autogestionárias e democráticas, g) são iniciativas que tendem a ter relações solidárias, h) são experiências que não necessariamente se estruturam a partir de um único tipo de atividade, mas que se integram, i) são iniciativas que tendem a se relacionar com outros empreendimentos, formando redes de trocas e cooperação (Razeto, 1997). Na Economia Popular Solidária, pretende-se evidenciar os processos de trabalho, e não a acumulação de riquezas pelo capital.

Diante dessa realidade, a Economia Popular Solidária adentrou na agenda pública brasileira, constituindo-se, no limiar do século XXI, em uma política pública. O Governo Federal, com o objetivo de fortalecer e promover empreendimentos solidários e econômicos, visando a absorver os trabalhadores não incluídos no mercado formal de trabalho criou, no Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, inaugurada em junho de 2003.

Dentro da SENAES existe o Programa de Economia Solidária, o qual objetiva fortalecer as experiências de Economia Solidária como estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social, por meio do Plano Nacional de Qualificação – PNQ. O Plano Nacional de Qualificação é política pública criada para orientar e elaborar planos, projetos, estratégias, ações promovedoras e qualificadoras, voltadas ao fortalecimento da Economia Solidária no país. Pelo PNQ, a Economia Solidária pode ser vista como uma alternativa aos trabalhadores desempregados, como uma forma de auto-emprego coletivo (T319 termo de referência em economia solidária, 2005). No próximo subitem serão abordadas as experiências de Economia Popular Solidária pesquisadas nas zonas urbanas do Vale do Rio Pardo.

### **2.1 Experiências de economia popular solidária no Vale do Rio Pardo**

No Vale do Rio Pardo o cenário não é muito diferente do do Brasil e do Mundo. Para apresentar as experiências coletivas pesquisadas – ACOTRALI,

COOESTAL, COONCREAL e COOSIVEST –, entretanto, é necessário um relato introdutório dessas cooperativas e associação de trabalho, referenciando sua história e suas características. Outros aspectos que serão abordados referem-se às atuais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos, bem como às suas principais metas, enquanto empreendimentos coletivos que geram trabalho e renda aos trabalhadores.

O primeiro empreendimento a ser apresentado é a ACOTRALI, associação de trabalho existente na zona urbana do município de Rio Pardo. A ACOTRALI foi criada no ano de 2000, mediante a mobilização dos moradores da comunidade do Jardim Boa Vista (periferia de Rio Pardo). Estes moradores, ao se mobilizarem, objetivavam, naquele momento – segundo as respostas dos trabalhadores –, eliminar o lixão existente nas margens do Rio Jacuí, localizado na comunidade.

Outro motivo que desencadeou o processo de mobilização e de união desses moradores da comunidade do Jardim Boa Vista foi a possibilidade de criar uma alternativa de geração de trabalho e renda a esses sujeitos, que estavam desempregados ou excluídos do mercado formal de trabalho. Nesse sentido, observam-se dois aspectos principais que ocasionaram a fundação dessa associação de trabalho: a possibilidade de criar uma forma de geração de renda aos trabalhadores, por meio de um movimento popular, e a intencionalidade de eliminar o lixão existente no Jardim Boa Vista. As duas características são originárias da mobilização dos trabalhadores.

A mobilização dos trabalhadores possivelmente vai ao encontro do processo de conscientização desses sujeitos. A conscientização pode ser compreendida como

Conscientização é organização, pois supõe tomada de atitude que implica a compreensão da força social da população quando articulada e organizada. Por sua vez, organização é conscientização, pois a população projeta, avalia e confronta sua força social com a dinâmica da realidade social. As novas atitudes tomadas, as novas alianças que vão garantindo, reforçando e ampliando a força social são, ao mesmo tempo, conscientização e organização (Souza, 2004, p. 93).

Nesse sentido, percebe-se que com o processo de conscientização e de união dos trabalhadores, esses sujeitos adquiriram força social. Mediante essa força social, os trabalhadores organizaram-se para transformar a realidade local. Outro aspecto relevante em relação à associação refere-se ao apoio governamental que atualmente a ACOTRALI vem recebendo. Recebe o apoio financeiro de um órgão do governo do Estado, a METROPLAN – Ação do Governo do Estado com o Meio Ambiente –, mediante recursos financeiros e capacitação dos trabalhadores, e da prefeitura de Rio Pardo, que cede o local de funcionamento da associação. Com base nesses dados, destaca-se a relevância e a necessidade do apoio governamental aos empreendimentos coletivos, o qual auxilia na viabilidade das associações e cooperativas de trabalho, bem como no processo de conscientização dos trabalhadores acerca da realidade social e econômica.

Com relação ao objeto de trabalho da ACOTRALI, os trabalhadores associados coletam os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro, materiais estes comercializados com empresas da região metropolitana de Porto Alegre.

Atualmente a ACOTRALI – que possui como associados doze mulheres e três homens, totalizando quinze integrantes – aceita o cadastramento de novos associados.

Os sujeitos que se associam às cooperativas e associação devem contribuir com pró-labore, um valor normalmente simbólico (ou seja, não muito elevado) que é agregado ao capital social dos empreendimentos populares. “[...] as cooperativas estão sendo vistas como uma alternativa de trabalho mais viável na época de crise em que vivemos. Isto porque o ingresso nelas se faz por subscrição de cotas, cujo valor costuma ser pequeno, em média não ultrapassando um salário mínimo” (Gonh, 2003, p. 15). Os novos trabalhadores cadastrados, porém, devem permanecer na reserva, até o surgimento de novas vagas. Isso decorre, segundo os associados, do fato de a associação estar sofrendo forte concorrência de atravessadores.

Com a existência dos atravessadores, os materiais coletados e comercializados não são suficientes para proporcionar a geração de renda a novos associados que desejam integrar a associação. Com base nessa informação, constata-se uma contradição nesse empreendimento coletivo, pois, segundo os Princípios do Cooperativismo, a adesão livre (livre entrada ou saída dos associados) deve integrar as relações estabelecidas nas associações e/ou cooperativas. O fato de o empreendimento não necessitar/absorver mais trabalhadores – devido à existência de atravessadores – não anula essa contradição.

O grupo de associados que integra a ACOTRALI tem como um de seus objetivos principais, entretanto, a reivindicação da coleta seletiva do lixo à prefeitura municipal. Ou seja, pretende-se solicitar à prefeitura a promoção de uma campanha que incentive a coleta seletiva com os cidadãos rio-pardenses. Justifica-se essa campanha pelo fato de que a coleta seletiva viabiliza a reciclagem de lixo, bem como possibilita, aos associados o recolhimento dos materiais (já separados) em frente às residências e prédios dos cidadãos. Essa reivindicação, evitaria que os materiais recicláveis fossem repassados aos atravessadores. Percebe-se, assim, que, mesmo ocorrendo a contradição – relacionada com a restrição de novos trabalhadores (reserva) –, os associados possuem consciência dessa realidade e pretendem transformá-la.

Além da coleta seletiva, os trabalhadores que integram a ACOTRALI possuem outras metas e objetivos, como aperfeiçoar o trabalho de seus associados, aprimorando e qualificando-os profissionalmente, objetivando a suas geração de renda. Com base nisso, podem-se elencar os seguintes aspectos: a preocupação e o interesse dos trabalhadores em relação à sua qualificação profissional – visando à geração de renda – e o apoio e incentivo dos órgãos públicos (municipal e estadual).

Outro grupo pesquisado neste estudo foi a COOESTAL, localizada no município de Santa Cruz do Sul. Essa cooperativa foi fundada em 24 de maio de 1999 pelos moradores do bairro Santuário, ou seja, novamente pela mobilização da própria comunidade. A iniciativa de formar uma cooperativa surgiu dos moradores pelo seguinte fato: no bairro Santuário não existia nenhuma creche e/ou escola infantil, o que dificultava a inserção das mulheres da comunidade no mercado de trabalho. Os moradores precisavam, para poderem ingressar no mercado, de um local que propiciasse o cuidado e a educação das crianças (filhos).

Em vez de a comunidade solicitar uma escola municipal (creche) para as crianças da comunidade, conforme a Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (Coletânea de Leis, 2000), os moradores do bairro que se reuniram para fazer a solicitação sugeriram à prefeitura que os apoiasse para a fundação de uma creche em forma de cooperativa, em que os próprios moradores seriam os cooperados. Com esse objetivo, o grupo de moradores organizou-se e solicitou o auxílio da prefeitura, com a intenção de implantar uma creche em forma de cooperativa.

Outro aspecto fundamental a ser ressaltado refere-se ao fato de que os sujeitos que fundaram a COOESTAL estavam necessitando conceber uma alternativa para gerar suas respectivas rendas, pois estavam desempregados e/ou em precárias condições de trabalho. Mesmo sendo do poder público municipal a implantação de creche nas comunidades (escola infantil), esta se constitui, atualmente, na única cooperativa existente na zona urbana do município de Santa Cruz do Sul.

De acordo com a análise dos dados coletados referentes ao aspecto econômico, a COOESTAL, que possui treze cooperados – onze mulheres e dois homens – vem estabelecendo uma relação de dependência com a prefeitura, afastando-se, assim, dos princípios que norteiam e constituem o Cooperativismo. Essa dependência pode ser constatada pelo fato de que, nesse empreendimento, os “salários” dos cooperados são pagos pela prefeitura, aspecto que descaracteriza o empreendimento enquanto cooperativa. Isso significa que, atualmente, a cooperativa não é auto-sustentável e, na medida em que passa a contar mensalmente com o auxílio da prefeitura, os integrantes dessa experiência não se mobilizam para procurar alternativas que visem a romper com esse vínculo de dependência vigente.

Apesar de gerar trabalho e renda aos seus cooperados e de facilitar a inserção dos moradores do bairro Santuário no mercado de trabalho, a cooperativa “desresponsabiliza” o município (Estado) de suas obrigações com a sociedade civil. Essa realidade vai ao encontro do referencial teórico neoliberal, que está sendo implementado com as políticas sociais públicas, desde as últimas décadas do século XX. Com a implementação do neoliberalismo nas políticas sociais públicas, a sociedade civil passa a ser responsabilizada por questões que eram tidas como dever do Estado e direito do cidadão.

Referente às características de infra-estrutura da COOESTAL, pode-se destacar que o terreno em que se encontra a creche (em janeiro de 2005 atendia 64 crianças e adolescentes) também foi cedido pela prefeitura, estando em processo de permuta. A sala em que se localiza o escritório da cooperativa é alugada e não funciona no mesmo local da creche.

Outra contradição constatada na COOESTAL é que, durante a realização das entrevistas, os trabalhadores referem a cooperativa como sendo uma creche. A creche, entretanto, além de ser obrigação do poder público municipal (Estado), atende crianças até 6 anos de idade, ou seja, até se inserirem no Ensino Fundamental. Observa-se, então, que a COOESTAL, além de desenvolver atividades que são de responsabilidade de uma creche, também desenvolve atividades complementares às da escola. As crianças e adolescentes, entre 7 e 14 anos, no turno inverso ao da escola, freqüentam

a cooperativa. Para essas crianças e adolescentes, a COOESTAL desenvolve atividades de recreação, e o cuidado oferecido facilita a inserção dos pais no mercado de trabalho.

Essas outras atividades desenvolvidas pela COOESTAL, podem descaracterizar essa experiência coletiva enquanto creche (escola infantil). Possivelmente a COOESTAL também está sendo utilizada como uma substituta de políticas públicas que tenham como demandas as crianças e adolescentes e suas respectivas famílias. Entre essas políticas pode-se referir o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI.

Outro aspecto relacionado à COOESTAL – contraditório em relação aos princípios norteadores do Cooperativismo - é que, atualmente, a cooperativa só aceita voluntários para auxiliar no trabalho. Segundo os cooperados, isso decorre do fato de que a creche está com o quadro de cooperados completo, não possibilitando a inserção de novos trabalhadores na cooperativa. Os trabalhadores da COOESTAL não têm consciência dessa contradição, relacionada aos Princípios do Cooperativismo.

Por último, segundo os cooperados, os atuais objetivos da COOESTAL remetem ao pagamento das dívidas adquiridas ao longo desses 5 anos e em proporcionar uma maior integração entre a cooperativa e os demais moradores do bairro, além de continuar gerando renda aos trabalhadores.

Ainda em relação à COOESTAL, deve ser ressaltada a questão da dependência estabelecida entre a cooperativa e a prefeitura de Santa Cruz do Sul, bem como a possível terceirização de um serviço público tido como direito do cidadão e dever do Estado (além do atendimento de crianças e adolescentes, e o aceite de trabalho voluntário). Se for observada essa realidade pela perspectiva dos trabalhadores inseridos na cooperativa e pela realidade do bairro Santuário, essa experiência, que foi originada pela mobilização dos moradores, gera renda aos cooperados (salário que é pago aos trabalhadores por meio dos recursos financeiros mensais destinados pela prefeitura à COOESTAL), e facilita a inserção dos trabalhadores residentes no bairro no mercado de trabalho.

Observando-se, no entanto, essa mesma realidade por outro aspecto, pode-se constatar que a cooperativa não está sendo efetivada de acordo com os Princípios do Cooperativismo e pode estar sendo utilizada como uma forma de terceirização de serviço público municipal e de políticas sociais públicas. Essa terceirização é referente aos

[...] setores de utilidade pública, onde incluem-se saúde, educação e previdência [...] prevalecendo o trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização, aqui compreendida como um mero repasse de responsabilidades para antes da federação ou para instituições provadas e novas modalidades jurídico-institucionais [...] que configuram o setor público não-estatal, componente fundamental do Programa de Publicização (Behring, 2003, p. 248-249).

A publicização dos serviços públicos, assim como a privatização, são orientações da política econômica e social neoliberal que vem sendo implementada nas políticas sociais. “A ‘publicização’, na linguagem governamental, consiste na descentralização, para o setor público não estatal, da execução de serviços que não

envolvam o poder de Estado, mas devam ser por ele subsidiados, como a educação [...]” (Iamamoto, 2000, p. 121). Nessa direção, percebe-se que, mesmo que fosse realizado um trabalho de assessoria aos trabalhadores que lhes conscientizasse dessa realidade e mesmo que os cooperados rompessem com essa dependência financeira – obtendo suas respectivas rendas geradas pelos cuidados das crianças e adolescentes –, a COOESTAL continuaria sendo considerada uma terceirização e/ou transferência das responsabilidades do Estado à sociedade civil.

A terceira experiência pesquisada é a cooperativa COONCREAL, localizada no município de Encruzilhada do Sul. Essa cooperativa surgiu de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul, durante a gestão de Olívio Dutra (1998 a 2002), que assessorava e incentivava o Cooperativismo no Estado.

Os sujeitos que fundaram a cooperativa estavam desempregados. Esses trabalhadores ouviram no rádio um comunicado referente à organização de sujeitos para formar uma cooperativa de coleta e seleção de lixo por meio de um projeto financiado pelo governo do Estado. A atual presidente da cooperativa foi quem colocou esse anúncio numa emissora do município, chamando trabalhadores que desejassem vir a trabalhar numa cooperativa que tivesse como matéria-prima a coleta e a seleção de lixo. O comunicado frisava que os interessados deveriam preencher uma ficha de inscrição para ingressar no projeto. No ano 2000, os trabalhadores inscreveram-se para formar uma cooperativa de trabalho.

Mediante esse projeto do governo do Estado, os participantes receberam treinamento e auxílio financeiro durante o período de seis meses. Tanto o auxílio financeiro como a qualificação tinham como finalidade proporcionar a organização dos trabalhadores, para que constituíssem uma cooperativa. No término desse período de seis meses, os trabalhadores fundaram a cooperativa de trabalho, visando a gerar trabalho e renda.

A cooperativa foi criada em dois bairros distantes dentro da cidade para facilitar a coleta de material reciclável em todo o perímetro urbano. Pode-se novamente referir a importância de políticas públicas e de profissionais para assessorarem essas experiências. A implantação da cooperativa em dois bairros distanciados na cidade demonstra um planejamento, o que facilita a viabilidade desses empreendimentos coletivos.

A COONCREAL coleta e comercializa os seguintes materiais recicláveis: papelão, lata, alumínio, plástico, jornal e vidro. A comercialização também é realizada com empresas da região metropolitana de Porto Alegre – tal como a ACOTRALI. Atualmente, a experiência está sofrendo concorrência de atravessadores do município, fato que vem prejudicando o trabalho na cooperativa, pois diminui a quantidade de materiais coletados e, conseqüentemente, a renda dos cooperados.

Mas, apesar da concorrência dos atravessadores, a cooperativa continua aceitando a inserção de novos integrantes. Conforme o depoimento de um dos cooperados, “quanto mais gente, mais entra renda e mais um está empregado”. Nesse sentido, percebe-se que nessa experiência existe uma preocupação direcionada à geração de renda, mas a solidariedade entre os cooperados faz-se presente, permitindo

a inserção de novos integrantes nos processos de trabalho – diferenciando-se neste aspecto da ACOTRALI.

A COONCREAL conta atualmente com 23 integrantes, quatro homens e dezenove mulheres. Esses sujeitos têm como objetivo o aumento de suas rendas. Outro aspecto que deve ser ressaltado é que, pela análise do material coletado, na COONCREAL não existe a mesma referência da preservação da natureza, como encontrada na ACOTRALI, apesar de ser um grupo que trabalha com a coleta e seleção de material reciclável.

Verifica-se assim, uma contradição nessa experiência, pois, apesar de os trabalhadores terem respondido, nas entrevistas, que se preocupam com a preservação da natureza, nenhum dos entrevistados referiu nas suas falas que entraram no empreendimento devido à preocupação com a preservação do meio ambiente. Constatase, assim, outra diferenciação entre a COONCREAL e a ACOTRALI, pois na ACOTRALI os trabalhadores uncluíram nas suas respostas a intencionalidade de eliminar o lixo, juntamente com o objetivo de gerar trabalho e renda. É importante referir que a CONCREAL foi criada por meio de um projeto do Estado, enquanto que a ACOTRALI constitui-se numa iniciativa dos próprios trabalhadores com intuito de eliminar o lixo que existia na comunidade em que residiam (residem) os fundadores da associação.

Pode-se justificar isso (os trabalhadores da COONCREAL não terem referenciado nas suas respostas a preocupação com a preservação da natureza) pelo fato de que se esses sujeitos não estivessem inclusos na cooperativa possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social, porque, mesmo com os baixos rendimentos pode-se referir que essa renda é significativa aos trabalhadores. Assim, por que estes sujeitos estavam excluídos do mercado formal de trabalho e sendo a cooperativa fundada por meio de um projeto do Estado – e atualmente não está sendo apoiada e nem assessorada por nenhum órgão público –, parece ser compreensível o fato de estes cooperados não emitirem nas suas respostas a preocupação com a preservação da natureza, mas o objetivo de gerar trabalho e renda.

Referente à COONCREAL, enfatizam-se ainda algumas características: o empreendimento é originário de um projeto do Estado do Rio Grande do Sul, que teve como finalidade gerar trabalho e renda aos trabalhadores por intermédio de cooperativas de trabalho; ocorre entre os sujeitos o processo de solidariedade no que se refere à inserção de novos cooperados; apesar da experiência ter como objeto de trabalho a coleta seletiva de material reciclável, os trabalhadores não referiram em suas falas que o trabalho que vem sendo desenvolvido por eles vai ao encontro da preservação do meio ambiente. Mesmo com a realidade de que os trabalhadores precisam de uma alternativa que gere renda e o fato de os trabalhadores não serem bem qualificados, não se anula essa contradição.

Por fim, o último grupo a ser apresentado nessa pesquisa é a COOSIVEST (Cooperativa Sunimbuense do Vestuário), localizada no município de Sinimbu. Essa cooperativa foi fundada no ano de 1998 e teve sua origem diretamente relacionada com a falência de uma empresa calçadista do município. Após a falência da empresa, o

prefeito de Sinimbu convocou os trabalhadores que estavam desempregados para participarem de uma reunião.

Na reunião, o prefeito propôs aos trabalhadores (em torno de 30 sujeitos) a fundação de uma cooperativa de costura, com o apoio da prefeitura, visando à geração de renda. Após a reunião, os trabalhadores uniram-se e mobilizaram-se para criar a cooperativa. Assim, constata-se que essa cooperativa de trabalho é oriunda da falência de uma empresa em que os trabalhadores vendiam as suas forças de trabalho em troca de salários.

[...] são animadoras as perspectivas de crescimento das cooperativas de trabalho nos centros urbanos, para a criação de trabalho e renda. Inclusive nos casos de falência ou de terceirização de determinados setores de uma empresa, os trabalhadores são orientados para fundar cooperativa de trabalho por entidades como sindicatos, instituições religiosas, governamentais e outras (Pinho, 2004, p. 11).

Naquele período de reuniões, uma empresa de confecção de roupas de um município próximo a Sinimbu (Santa Cruz do Sul), disponibilizou-se a fornecer maquinário e cursos de costura para qualificar os trabalhadores. Como os sujeitos precisavam de maquinário e não possuíam recursos financeiros para adquiri-lo, aceitaram a oferta da empresa. Com a instalação dos maquinário num prédio que é alugado pela prefeitura e cedido à cooperativa, e após o término do treinamento oferecido pela empresa, os trabalhadores fundaram a COOSIVEST.

Atualmente essa cooperativa produz e comercializa os seguintes produtos: calças jeans, bermudas, saias, camisas, entre outros. Essas mercadorias são comercializadas com a empresa que fornece máquinas à cooperativa. Quando os trabalhadores confeccionam mais produtos do que demanda a empresa que cede o maquinário, as confecções são comercializadas com empresas (ou lojas) menores do município de Sinimbu.

Com base em informações obtidas na coleta de dados – realizada por meio de entrevistas –, constata-se que, ao mesmo tempo em que a “cedência” de máquinas facilita a produtividade na COOSIVEST – pois a cooperativa não possui condições de adquirir os meios de produção necessários à produtividade –, por outro lado cria uma dependência e subalternidade do empreendimento coletivo aos interesses dessa empresa. A dependência nos processos de produção desencadeia a falta de autonomia e de viabilidade econômica dessa cooperativa.

Outro fator preocupante em relação à COOSIVEST é que, atualmente, a cooperativa sofre concorrência de outra confecção do município de Sinimbu, e alguns dos próprios cooperados preferem ingressar nessa outra confecção. Esses trabalhadores preferem trabalhar no outro empreendimento porque nele os sujeitos, ao ingressarem, têm a carteira assinada e assegurados seus direitos trabalhistas. Já na cooperativa, os trabalhadores contribuem para a previdência social como autônomos.

Nas cooperativas e associações, pressupõe-se outra lógica de funcionamento que se diferencia da relação de empregador X empregado ou capital X trabalho, baseando-se na solidariedade e ajuda mútua entre os trabalhadores. Mediante os dados obtidos pela pesquisa realizada, constatou-se que, no que se refere à contribuição à

Previdência Social, dos 31 trabalhadores entrevistados (envolvendo as 4 experiências coletivas), 61,29% são contribuintes e 38,71% não são. Desses 61,29% dos sujeitos que contribuem com a Previdência Social, todos o fazem como autônomos.

Percebe-se que os trabalhadores que se inserem na outra empresa (por terem a carteira assinada), ao mesmo tempo em que procuram uma melhor qualidade de vida, alicerçada na renda fixa, não compartilham da proposta e/ou dos Princípios do Cooperativismo. Os Princípios do Cooperativismo pressupõem a autonomia dos trabalhadores e a não-dependência dos sujeitos em relação aos empreendimentos. A autonomia nessas experiências pode estar relacionada com a liberdade que os trabalhadores possuem de escolherem participar da experiência coletiva, ou seja, não é o fato de existir a possibilidade de trabalhar numa empresa com carteira assinada que fará com que eles se retirem da cooperativa, pois, segundo os cooperados entrevistados, um aspecto positivo da cooperativa é o fato de eles poderem elaborar as regras dos seus processos de trabalho e participarem das decisões da cooperativa.

Tendo-se como base essa realidade, propõe-se que seja criada na Previdência – Seguridade Social, uma nova categoria que agregue essas cooperativas e associações de trabalho, diferenciando-as da categoria de autônomo. Torna-se relevante essa sugestão devido ao desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e a flexibilização das relações trabalhistas, desencadeadas pela III Revolução Industrial e pela implementação do referencial teórico neoliberal nas políticas sociais públicas. Em função dessa nova configuração no mundo do trabalho, criou-se um déficit público que é representado pela crise do Estado (Behring, 2003).

Outra sugestão refere-se ao valor de contribuição dessa possível categoria que abrangeria os trabalhadores dos empreendimentos coletivos. Nessa nova categoria, o valor de contribuição à Previdência deveria ser inferior a 20% do salário mínimo. Essa sugestão de redução do valor de contribuição é condizente com a realidade desses trabalhadores, pois, comumente, os rendimentos mensais obtidos por esses sujeitos não são muito elevados.

Essa redução do valor de contribuição dos cooperados e associados à Previdência Social possivelmente absorveria os 38,71% dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa que não são contribuintes. Propõe-se essa categoria diferenciada porque daria maior visibilidade aos processos de trabalho e às experiências coletivas das quais esses sujeitos participam, promovendo e divulgando o Cooperativismo.

Outra característica importante da COOSIVEST – que em janeiro de 2005 contava com a participação de 27 cooperados (todas mulheres) –, é que a cooperativa aceita a inserção de novos integrantes. Além de possibilitar a entrada de novos cooperados, a COOSIVEST também oferece curso de capacitação técnica (costura) aos sujeitos que decidem ingressar na experiência. A qualificação é realizada pelos próprios cooperados e tem como finalidade prepará-los para a realização do trabalho de confecção. De acordo com eles, a COOSIVEST possui, também, como objetivo, adquirir seu próprio maquinário. Pretendem adquirir as máquinas de confecção, pois possuem consciência de sua dependência em relação à empresa que subsidia as máquinas.

Mesmo com a relação de dependência estabelecida entre a cooperativa e a empresa, observando-se outros elementos podem ser referidas características que aproximam esse empreendimento dos Princípios do Cooperativismo e diferenciam a COOSIVEST da COOESTAL, como o fato de os trabalhadores permanecerem na cooperativa mesmo quando ocorre a possibilidade de trabalhar em outro empreendimento (com carteira assinada), o processo de participação dos cooperados nas decisões da COOSIVEST e a conscientização dos trabalhadores em relação à sua dependência estabelecida com a empresa. Os aspectos citados representam elementos que diferenciam as relações existentes na COOSIVEST e os demais empreendimentos condizentes com a lógica e a finalidade do sistema capitalista – acumulação e centralização de capital –, bem como da relação estabelecida entre a COOESTAL e a prefeitura.

Apesar destes elementos referidos na COOSIVEST, observando, então, esta experiência por outro aspecto, não se pode deixar de apontar que possivelmente a COOSIVEST está sendo utilizada pela empresa que subsidia o maquinário como uma forma de terceirização do trabalho que anteriormente era realizado na própria empresa de Santa Cruz do Sul. Nesse sentido, pode-se referir que a COOSIVEST pode ser considerada uma forma de terceirização da empresa de confecção de roupas *jeans*. Para romper com essa relação de dependência, a cooperativa teria de adquirir o seu próprio maquinário. Como os valores do maquinário são muito elevados (em torno de R\$ 120.000,00), para que essa aquisição seja viabilizada será necessário o subsídio financeiro de algum órgão governamental ou não-governamental. Novamente ressalta-se a importância do Estado nos empreendimentos, por meio de políticas públicas que tenham como objetivo o apoio de recursos humanos e financeiros aos empreendimentos populares e coletivos.

Pode-se perceber com o histórico das quatro experiências pesquisadas aspectos semelhantes e de grande relevância. Primeiramente, é o fato de que as cooperativas e a associação foram fundadas para a geração de trabalho e renda a esses trabalhadores – tendo-se dois empreendimentos originados pela mobilização dos trabalhadores, um pela organização da prefeitura que mobilizou os trabalhadores e um por intermédio de um projeto do governo do Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, ressalta-se a importância do aspecto econômico na fundação dos empreendimentos.

Devido aos novos processos de produção decorrentes da III Revolução Industrial, cria-se uma massa de trabalhadores que não está mais conseguindo inserir-se no mercado formal de trabalho. No sistema capitalista, é considerado cidadão o sujeito que está atuante na reprodução da vida material, ou seja, que vende sua força de trabalho em troca de um salário. Para alguns desses sujeitos, não há mais espaço de inserção no mercado formal de trabalho. As experiências coletivas e populares são criadas, num primeiro momento, então, como uma das possibilidades de gerar trabalho e renda aos sujeitos diante das manifestações da questão social.

O segundo aspecto preponderante nessas experiências é o incentivo do poder público, municipal ou estadual, na criação e/ou manutenção dessas cooperativas e/ou associações de trabalho. Os próprios integrantes das cooperativas e associação referem

em suas falas a importância do auxílio público, seja por meio de cursos de capacitação, seja mediante o incentivo público municipal para a realização da coleta seletiva pelos cidadãos – separação de lixo seco e orgânico –, seja mediante o auxílio financeiro para aquisição de maquinários ou compra de locais para o estabelecimento dos empreendimentos. Assim, constata-se a importância do Estado para criação e viabilidade dessas experiências de geração de trabalho e renda. Ocorre, entretanto, que, em alguns casos, é estabelecida uma relação de dependência a órgãos governamentais, como por exemplo, na COOESTAL. A proposta de subsídios financeiros e de recursos humanos às cooperativas e associações não deve criar uma relação de dependência desses empreendimentos com o governo, mas fazer com que o governo seja facilitador e promovedor do fortalecimento e da viabilidade dessas experiências.

O terceiro elemento que se destaca em relação a essas experiências cooperativistas e associativistas refere-se ao fato de que a grande maioria dos trabalhadores desses empreendimentos é constituída por mulheres. Na tabela apresentada, há um demonstrativo dessa realidade.

TABELA 1: Sexo dos Sujeitos da Pesquisa

<b>Associação e Cooperativas</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>
<b>ACOOTRALI</b>	12	3	15
<b>COOESTAL</b>	11	2	13
<b>COONCREAL</b>	19	4	23
<b>COOSIVEST</b>	27	-	27
<b>TOTAL</b>	69	9	78

Com base nesses dados, constata-se que, ao contrário das experiências cooperativistas e associativistas existentes na região do Vale do Rio Pardo nas primeiras décadas do século XX, nas quais não era permitida a participação das mulheres, dos 78 trabalhadores dessas quatro experiências pesquisadas, 69 são mulheres. Isso demonstra que 88,46% desses sujeitos correspondem ao sexo feminino, e somente 11,54% ao masculino. Esses dados estão relacionados com a realidade das mulheres no mercado formal de trabalho. Ou seja, se a grande maioria desses trabalhadores pesquisados são do sexo feminino, isso representa o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho, que vem sendo acentuado desde a segunda metade do século XX. “A presença das mulheres na força de trabalho da América Latina vem aumentando de forma consistente e significativa nas últimas décadas. Entre 1960 e 1990, o número de mulheres economicamente ativas mais que triplicou, aumentando de 18 milhões para 57 milhões [...]” (Abramo, 2002, p. 111).

Outra possibilidade – que pode estar associada ao aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho – é o fato de que as mulheres são mais excluídas do mercado formal de trabalho, equiparadas aos homens, realidade comum nas metrópoles brasileiras. A valorização do trabalho feminino é histórica e comumente mais precária do que o masculino, pois as desigualdades de gênero permanecem nas relações sociais, econômicas, políticas e culturais, mesmo com o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Economia Popular Solidária pode ser uma das alternativas à crise do mundo do trabalho. Pode-se salientar também que as associações e cooperativas não se constituem como simples paliativos à falta de empregos, mas nos empreendimentos pesquisados existe uma lógica diferenciada em relação aos demais empreendimentos inseridos no sistema capitalista (com exceção da COOESTAL), pois elementos como de solidariedade, conscientização, igualdade, participação e tentativa de autogestão, fazem-se presentes nos processos de trabalho desenvolvidos pelos trabalhadores.

Os objetos de trabalho dos empreendimentos coletivos pesquisados são constituídos pela coleta e seleção de lixo – ACOTRALI e COONCREAL –, pela confecção de roupas *Jeans* – COOSIVEST – e pelo cuidado de crianças e adolescentes por meio da constituição de uma creche – COOESTAL. O objeto de trabalho do último empreendimento é questionável, pois, como “creche” ou desenvolvendo atividades complementares à escola foge das características dos empreendimentos de geração de trabalho e renda.

Enfatiza-se, entretanto, a importância de políticas sociais públicas que forneçam recursos financeiros e profissionais para assessorar e qualificar os sujeitos desses empreendimentos. Esse apoio governamental, contudo, deve ter como perspectiva o fortalecimento desses empreendimentos, e não a dependência e/ou terceirização dos serviços públicos – direitos dos cidadãos. Nesse sentido, refere-se ao fato de que algumas cooperativas e associações vêm sendo utilizadas como formas de publicização ou terceirização de serviços públicos e privados. Isso está ocorrendo com os trabalhadores da COOESTAL e da COOSIVEST. Mas constata-se uma diferença entre essas experiências, pois, ao contrário da COOESTAL, os trabalhadores da COOSIVEST são conscientes de sua dependência.

Outra característica relevante é que a grande maioria dos cooperados e associados dos empreendimentos pesquisados é constituída por mulheres. Possivelmente na Região do Vale do Rio Pardo, assim como nas regiões metropolitanas, o desemprego feminino seja superior ao masculino, levando à inserção das mulheres nas atividades cooperativistas e associativistas, demonstrando que esses empreendimentos constituem-se em espaços de resistência e de manifestações da questão social, efetivados principalmente pelas mulheres.

Por fim, refere-se que os trabalhadores que integram os empreendimentos coletivos no Vale do Rio Pardo são trabalhadores que estavam excluídos do mercado formal de trabalho e, se não estivessem incluídos nessas cooperativas e associações, possivelmente estariam em situação de vulnerabilidade social.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; SOARES, Vera. **Mulher e trabalho: experiências de ação afirmativa**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma:** desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira:** uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Pesquisa de emprego e desemprego das regiões metropolitanas.** nov. 2005. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

DRUCK, Graça. **Terceirização:** (des)fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 2001.

FUNDAÇÃO de economia e estatística. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

GOERCK, C.; Viccari, E. M. Assessoria: uma possibilidade para o Serviço Social. **Estudo & Debate** / Lajeado, RS; nº2, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Os sem-terra, ONGs e cidadania:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **A reinvenção do futuro:** trabalho, educação, política na globalização do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

INSTITUTO Brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 dez. 2005.

LEI de diretrizes e base de educação. In: **Coletânea de Leis, CRESS 10ª Região**. Porto Alegre. Gestão 1999/2002,

MANCE, Euclides. **A revolução das redes** : a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MARX, Karl. **O Capital**. crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988. V. I.

MATTOSO, Jorge. **A desordem no trabalho**. São Paulo: Scritta - p. 69-109. 1995.

NETO, Honor de Almeida. **Trabalho infantil**: a formação da criança-jornaleira de Porto Alegre. Canoas: ULBRA, 2002.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-132, 1996.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade**: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do trabalho”. Tradução de Gustavo Bayer e Margit Martincic. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. V.2.

PETI. **Manual de orientações**. Brasília, 2002.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

PIRES, Denise. **Reestruturação produtiva e trabalho em saúde no Brasil**. São Paulo: Conferência Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CUT; Annablume, 1998.

RAZETO, Luis. O papel central do trabalho e a economia de solidariedade. **Proposta**, Rio de Janeiro, nº 75, p. 91-99, dez./fev. 1997.

RECH, Daniel. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.

SOUZA, Maria Luiza de **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TERMO de referência em economia solidária: plano Nacional de Qualificação 2003-2007. Brasília: TEM, SENAES, 2005.